



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150559 - PA (2021/0225032-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : ROBEM CARLOS MATOS MARTINS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por ROBEM CARLOS MATOS MARTINS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (HC n. 0805423-09.2021.8.14.0000).

Consta nos autos que o paciente, ora recorrente, foi preso em flagrante delito, em razão da suposta prática do crime tipificado no art. 121, *caput*, c/c o art. 14, II, do Código Penal, e o Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Marabá/PA decretou sua prisão preventiva. Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no TJPA, cuja ordem foi denegada pela 33ª Seção Ordinária da Sessão de Direito Penal.

Sustenta a defesa, no presente recurso de *habeas corpus*, que o recorrente sofre constrangimento ilegal, ao argumento de excesso de prazo na prisão preventiva.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão cautelar ou a sua substituição por medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso – relaxamento da prisão preventiva ou substituição por medidas diversas da prisão –, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente